

Demonstrações Financeiras

Brígida 2 Solar SPE S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Brígida 2 Solar SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brígida 2 Solar SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade', is written over the printed name.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.964	519
Contas a receber	5 e 6	2.100	2.138
Impostos e contribuições a recuperar		4	4
Outros ativos		214	295
Total do ativo circulante		4.282	2.956
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras restritas	4	2.517	2.322
Direito de uso	8	2.334	2.449
Imobilizado	7	105.352	110.859
Intangível		158	186
Total do ativo não circulante		110.361	115.816
Total do ativo		114.643	118.772
Passivo circulante			
Fornecedores	9	277	431
Empréstimos e financiamentos	11	4.445	3.782
Outros tributos a pagar		88	58
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	135	109
Adiantamento de clientes		316	366
Passivo de arrendamento	8	160	15
CUSD a pagar		225	234
Provisão de ressarcimento	10	6.542	1.360
Outros passivos		52	49
Contas a pagar restrição de operação	12	2.264	-
Total do passivo circulante		14.504	6.404
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	84.284	88.379
Passivo de arrendamento	8	2.357	2.549
Outros passivos		85	119
Total do passivo não circulante		86.726	91.047
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	13.1	41.732	38.632
Prejuízos acumulados		(28.319)	(17.311)
Total do patrimônio líquido		13.413	21.321
Total do passivo e patrimônio líquido		114.643	118.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	14	10.317	13.198
Custos de venda de energia	15	(9.237)	(8.656)
Lucro bruto		1.080	4.542
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	(165)	(263)
Total das despesas operacionais		(165)	(263)
Lucro antes do resultado financeiro		915	4.279
Despesas financeiras	17	(10.698)	(10.111)
Receitas financeiras	17	292	306
Resultado financeiro, líquido		(10.406)	(9.805)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.491)	(5.526)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.517)	(489)
Prejuízo do exercício		(11.008)	(6.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(11.008)	(6.015)
Total do resultado abrangente do exercício	(11.008)	(6.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.132	-	(11.296)	22.836
Aumento de capital social	13.1 7.000	(7.000)	-	-
Integralização de capital social	13.1 -	4.500	-	4.500
Prejuízo do exercício	-	-	(6.015)	(6.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.132	(2.500)	(17.311)	21.321
Aumento de capital social	13.1 1.000	(1.000)	-	-
Integralização de capital social	13.1 -	3.100	-	3.100
Prejuízo do exercício	-	-	(11.008)	(11.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	42.132	(400)	(28.319)	13.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(11.008)	(6.015)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.535	5.536
Amortização de direito de uso	82	82
Juros sobre passivo de arrendamento	251	258
Juros sobre empréstimos e financiamentos (inclui apropriação dos custos de captação)	7.837	7.622
Demais juros	(128)	(260)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	247	(503)
Impostos e contribuições a recuperar	34	(10)
Outros ativos	226	260
Transações com partes relacionadas ativo	(209)	(19)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	4.883	(540)
Adiantamentos de clientes	(50)	366
Obrigações sociais e tributárias	1.500	404
CUSD a pagar	(234)	(1.518)
Outros passivos	2.357	4
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.444)	(527)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(7.594)	(7.896)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.285	(2.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(265)	(270)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(3.675)	(2.820)
Integralização de capital social	3.100	4.500
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(840)	1.410
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.445	(1.346)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	519	1.865
No fim do exercício	1.964	519
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.445	(1.346)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brígida 2 Solar SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, 3º andar, conjuntos 31 e 32, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04547-901. A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em São José do Belmonte, Estado do Pernambuco. O empreendimento possui capacidade instalada de 39,27MWpico (31,5MWac). A Companhia opera com a maior parte da sua energia sendo entregue ao 25º LEN (Leilão de Energia Nova), compromisso este de fornecimento de energia para sete distribuidoras. O prazo dos contratos de venda de energia é de 20 anos, e o início da operação comercial se deu em 21 de junho de 2021.

A Companhia é controlada diretamente pela Comerc Energia S.A. Por sua vez, a Comerc Energia, a partir de 16 de janeiro de 2025, passou a ser controlada pela Vibra Energia S.A.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em seu balanço patrimonial, no montante de R\$ 10.222, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.448 em 31 de dezembro de 2023). Este fato decorre, principalmente pelo saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia pode receber aportes feitos por sua controladora Comerc Energia, os quais são feitos conforme são necessitados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Comerc integralizou R\$ 3.100 na Companhia (R\$ 4.500 em 2023).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a Companhia possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2024 e concluíram que a mesma traduz com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 31 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. As principais estimativas utilizadas são: provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (nota explicativa nº 2.5.1 – contas a receber) determinação da vida útil do ativo imobilizado e taxas de depreciação aplicáveis (nota explicativa nº 2.5.2), taxa utilizada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 2.5.4), provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 2.5.3) e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 19).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis da Companhia, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Por ter iniciado as operações em 2021, pelo histórico de adimplência e por fianças prestadas pelos seus clientes, a Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados das presentes demonstrações financeiras.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros:

Fornecedores

Refere-se a saldos a pagar relativos à construção dos parques de geração de energia fotovoltaica, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção dos mesmos. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

2.5.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2021 junto com a entrada de operação da usina.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2 Imobilizado--Continuação

São utilizadas as seguintes taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- Máquinas e equipamentos – 4,39%
- Edificações, obras civis e benfeitorias – 3,43%
- Móveis e utensílios – 6,25%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa.

2.5.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3 Provisões--Continuação

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.5.4. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.4. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

A Companhia reconhece na data de início do arrendamento os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo estabelecido em contrato. A taxa de juros utilizada pela Companhia para cálculo do valor presente é 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 33 anos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é ajustado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo ou alteração de valor das parcelas.

2.5.5. Receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes: PIS e COFINS na demonstração do resultado.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação de lucro presumido, conseqüentemente adotando o regime cumulativo para PIS e COFINS (alíquota combinada de 3,65%).

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

Pronunciamentos vigentes:

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo as principais:

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

Pronunciamentos não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements (PFS)*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--continuação

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desse novo pronunciamento, porém até a data da emissão das Demonstrações Financeiras não foi possível estimar com razoabilidade os efeitos advindos da adoção.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	932	519
Aplicações financeiras	1.032	-
	<u>1.964</u>	<u>519</u>

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de remuneração das aplicações foi de 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2023) registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização, sendo aplicações com liquidez imediata.

4. Aplicações financeiras restritas

A Companhia possui aplicação financeira cujo saldo encontrava-se restrito em 31 de dezembro de 2024. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seu contrato de financiamento. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais. Os saldos restritos de curto prazo que totalizam o valor de R\$ 2.517 (R\$ 2.322 no ativo circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Por não se encontrarem disponíveis para uso imediato, tais valores são registrados em rubricas específicas do balanço e não compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa conciliados na demonstração de fluxo de caixa.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	2.100	2.138
	2.100	2.138
Abertura por vencimento:		
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	1.964	1.682
Vencidos até 30 dias	134	404
Vencidos há mais de 90 dias	-	52
Vencidos há mais de 91 dias	2	-
	2.100	2.138

Não há perda esperada visto que não há histórico de inadimplimento. O prazo de recebimento é de aproximadamente 15 dias úteis contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente.

6. Partes relacionadas

Composição patrimonial dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
Comerc Power Trading Ltda	-	19
Geradora Solar Várzea II S.A.	134	-
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A.	94	-
Total ativo partes relacionadas	228	19

Impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Resultado	31/12/2024	31/12/2023
	Receita operacional	
Comerc Energia S.A.	197	59
Comerc Power Trading Ltda	961	100
Castilho Solar Participações S.A.	-	36
Geradora Solar Castilho I S.A.	-	35
Geradora Solar Várzea II S.A.	134	-
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A.	94	-
Total resultado partes relacionadas	1.386	230

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

As transações com partes relacionadas são referentes à venda de energia feita pela Companhia para as demais sociedades do Grupo Comerc. Estão refletidas nas contas a receber e nas receitas operacionais.

Remuneração da administração

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os administradores são remunerados pela controladora indireta Comerc Energia S.A.

7. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
				Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,39%	122.278	(18.981)	103.297	108.199
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43%	2.253	(269)	1.984	2.651
Móveis e utensílios	6,25%	91	(20)	71	9
		124.622	(19.270)	105.352	110.859

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferência	31/12/2024
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	121.719	-	559	122.278
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.892	-	(639)	2.253
Móveis e utensílios	11	-	80	91
(-) Depreciação	(13.763)	(5.507)	-	(19.270)
	110.859	(5.507)	-	105.352

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	121.578	-	141	121.719
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.033	-	(141)	2.892
Móveis e utensílios	11	-	-	11
(-) Depreciação	(8.255)	(5.508)	-	(13.763)
	116.367	(5.508)	-	110.859

A Companhia oferece como forma de garantia dos empréstimos e financiamentos a alienação fiduciária de certas máquinas e equipamentos.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia solar fotovoltaica. Trata-se de 4 contratos celebrados por um período de 33 anos com vigência entre 2020 e 2053.

	Taxa média	Prazo	Direito de uso		Passivo de arrendamento	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel de terrenos	10,59%	Ago/53	2.334	2.449	2.517	2.564
			2.334	2.449	2.517	2.564
Circulante					160	15
Não circulante					2.357	2.549
					2.517	2.564

	Direito de uso		Passivo de arrendamento	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.449	2.470	2.564	2.607
Amortização	(82)	(82)	-	-
Juros	-	-	251	258
Pagamentos	-	-	(265)	(362)
Remensuração	(33)	61	(33)	61
Saldo final	2.334	2.449	2.517	2.564

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Ajuste a valor presente		Total
	Principal		
até 1 ano	268	(108)	160
até 2 anos	268	(248)	20
até 3 anos	268	(246)	22
até 4 anos	268	(244)	24
até 5 anos	268	(242)	26
Mais de 5 anos	6.090	(3.825)	2.265
Total	7.430	(4.913)	2.517

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de energia	68	6
Fornecedores nacionais	209	425
	277	431

Refere-se principalmente a saldos a pagar de energia, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção (O&M), com previsão de liquidação em 2025.

10. Provisão de ressarcimento

Referem-se aos saldos compostos pela provisão de ressarcimento às distribuidoras por conta da metodologia dos contratos negociados no ambiente de contratação regulado - ACR. De acordo com o contrato de venda firmado, caso a geração fique abaixo do contratado, a Companhia precisa devolver o montante gerado a menor de acordo com a metodologia descrita no referido contrato. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo constituído de provisão era de R\$ 6.542 (R\$ 1.360 em 31 de dezembro de 2023)

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 29 de setembro de 2020, no montante de R\$ 96.098, atualizado por IPCA + 3,2729% a.a, com carência de 18 meses e amortização mensal, sendo 1ª parcela em fevereiro de 2022 e com última parcela em outubro de 2040, representando um financiamento de 20 anos, para construção de uma Usina Fotovoltaica, através dos recursos oriundos do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante 31/12/2024
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	
Empréstimos e financiamentos										
Banco do Nordeste do Brasil S. A	outubro-40	IPCA + 3,27% a.a.	633	3.826	(14)	4.445	6.324	78.088	(128)	84.284
Total			633	3.826	(14)	4.445	6.324	78.088	(128)	84.284

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante 31/12/2023
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	
Empréstimos e financiamentos										
Banco do Nordeste do Brasil S. A	outubro-40	IPCA + 3,27% a.a.	121	3.675	(14)	3.782	6.606	81.914	(141)	88.379
Total			121	3.675	(14)	3.782	6.606	81.914	(141)	88.379

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento futuro das parcelas do não circulante em 31 de dezembro de 2024:

	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
2026	321	3.982	(13)	4.290
2027	334	4.144	(13)	4.465
2028	347	4.311	(13)	4.645
2029	361	4.483	(12)	4.832
2030 em diante	4.961	61.168	(77)	66.052
	6.324	78.088	(128)	84.284

Movimentação nos exercícios apresentados:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	Pagamento de principal	Juros	Pagamento de juros	Amortização de custos de transação	31/12/2024
Banco do Nordeste do Brasil S. A	92.161	(3.675)	7.823	(7.594)	14	88.729
	92.161	(3.675)	7.823	(7.594)	14	88.729

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	Pagamento de principal	Juros	Pagamento de juros	Amortização de custos de transação	31/12/2023
Banco do Nordeste do Brasil S. A	95.255	(2.820)	7.574	(7.896)	48	92.161
	95.255	(2.820)	7.574	(7.896)	48	92.161

As garantias atreladas aos empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

- Contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes;
- Contrato de cessão fiduciária de Direitos da Concessão/Autorização;
- Contrato de penhor das ações;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Constituição da Conta Reserva de O&M; e
- Fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das aplicações restritas por conta do endividamento é de R\$ 2.517 considerando as remunerações mensais (R\$ 2.322 em 31 de dezembro de 2023).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a pagar restrição de operação

As usinas fotovoltaicas Brígidas possuem relacionamento com o ONS (Operador Nacional do Sistema), de modo que o operador tem a permissão de restringir a quantidade de injeção de potência elétrica na rede nacional, buscando a continuidade do fornecimento de todo o sistema. Assim, as Brígidas sofreram algumas restrições ao longo dos últimos anos, sem a possibilidade de intervenção, apenas atendendo às exigências enviadas pelo ONS. Essas restrições reduzem a quantidade de energia total fornecida e são denominadas constrained-off.

Há metodologias que preveem o ressarcimento de alguns eventos de constrained-off, dependendo de sua classificação. Até 31 de março de 2024, havia uma metodologia provisória, na qual as UFVs Brígidas se enquadravam e foi reconhecido no cálculo de déficit de geração no ciclo de 2024 uma provisão de R\$ 2.161, sendo este valor atualizado mensalmente pela variação do IGP-M. e em 31 de dezembro de 2024 totaliza o montante de R\$ 2.264. Importante ressaltar, que desde abril de 2024 a metodologia definitiva está publicada pela ANEEL, mas ainda não ocorreu nenhum ressarcimento.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da companhia é de R\$ 42.132 (R\$ 41.132 em 31 de dezembro de 2023) dividido em 42.131.998 ações ordinárias e 2 ações preferenciais (41.131.998 ações ordinárias e 2 ações preferenciais em 31 de dezembro 2023), nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 400 (R\$ 2.500 em 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve a seguinte alteração contratual por sua controladora, a saber:

Houve a subscrição por sua controladora de R\$ 1.000 (1.000.000 ações ordinárias) e integralização em recursos financeiros de R\$ 2.100.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve as seguintes alterações contratuais por sua controladora, a saber:

a) Em 13 de março de 2023, houve subscrição do capital social no montante de R\$ 2.000 (2.000.000 ações ordinárias);

b) Em 28 de abril de 2023,houve a subscrição de R\$ 1.500 (1.500.000 novas ações ordinárias);

c) Em 14 de junho de 2023, houve subscrição de mais R\$ 3.500 (3.500.000 novas ações ordinárias).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.1. Capital social--Continuação

d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sua controladora efetuou a integralização de R\$ 4.500 em recursos financeiros, ficando pendente de integralização o montante de R\$ 2.500 em 31 de dezembro de 2023.

A composição do capital social subscrito da Companhia é assim demonstrada:

Acionista	31/12/2024			31/12/2023		
	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais	% do capital da Companhia	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais	% do capital da Companhia
Comerc Energia S.A.	42.131.998	2	100,00%	41.131.998	2	100,00%
	42.131.998	2	100,00%	41.131.998	2	100,00%

13.2. Destinação do resultado

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações preferenciais não terão direito a voto, contarão com prioridade no reembolso de capital, participarão da distribuição de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

Por ter apresentado prejuízo em ambos os exercícios, o montante está compondo o saldo da rubrica de prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de energia	10.955	13.682
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	(638)	(484)
Total receita operacional líquida	10.317	13.198

15. Custos de venda de energia

	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia	(472)	(174)
Custo serviços prestados	(1.271)	(999)
CUSD - utilização do sistema de distribuição	(1.372)	(1.372)
Custo com seguros	(283)	(200)
Custo depreciação e amortização	(5.617)	(5.618)
Outros custos	(222)	(293)
	(9.237)	(8.656)

16. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(147)	(240)
Outras despesas administrativas	(18)	(23)
	(165)	(263)

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	291	306
Outras receitas financeiras	1	-
Subtotal receitas financeiras	292	306
Despesas financeiras		
Fianças e garantias	(669)	(2.081)
Juros sobre passivo de arrendamento	(251)	(258)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(7.823)	(7.574)
Amortização de custos de transação	(14)	(48)
Atualizações monetárias diversas	(181)	(102)
IOF	(2)	(4)
Outras despesas financeiras	(1.758)	(44)
Subtotal despesas financeiras	(10.698)	(10.111)
Resultado financeiro, líquido	(10.406)	(9.805)

(a) O aumento do saldo se deve basicamente a variação do IPCA acumulado (4,83% em 2024 x 4,62% em 2023).

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL da companhia são calculados e registrados com base nas regras de tributação do lucro presumido.

O recolhimento dos tributos é trimestral. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo pendente de recolhimento é de R\$ 79 para IRPJ e de R\$ 56 para CSLL, totalizando um passivo de R\$ 135. O pagamento ocorreu em janeiro de 2025.

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	10.955	10.955	13.682	13.682
(+) Ajustes (a)	6.543	6.543	(457)	(457)
% presunção - receita operacional	8%	12%	8%	12%
	1.400	2.100	1.058	1.587
Outras receitas	2.375	2.375	-	-
Receita financeira	291	291	306	306
Base de cálculo tributação	4.066	4.766	1.364	1.893
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Adicional - IRPJ - 10%	10%		10%	
Ajustes	63	33	-	-
Total - Demonstração do resultado	1.055	462	318	171

(a) Principalmente pelo efeito do ressarcimento conforme detalhado na nota explicativa nº.10. Para fins fiscais, a Companhia considera o ajuste de ressarcimento à medida de sua realização financeira.

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxa de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Os principais instrumentos financeiros são classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos amortizados (ativos financeiros)		
Caixa e equivalente de caixa	1.964	519
Aplicações financeiras restritas	2.517	2.322
Contas a receber	2.100	2.138
Custos amortizados (passivos financeiros)		
Fornecedores	277	431
Empréstimos e financiamentos	88.729	92.161
Passivo de arrendamento	2.517	2.564

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1 - Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2 - Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 - Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Hierarquia--Continuação

Empréstimos e financiamentos (líquido dos custos a amortizar):

Dívida com BNB: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12 – Ajuste a valor presente, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esse empréstimo já está sujeito, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esse empréstimo.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

i) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

19.1 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, os quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2024, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexadores	Base em 31/12/2024	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
CDI		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
IPCA		2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.964	145	217	290	362
Aplicações financeiras restritas	CDI	2.517	186	278	371	464
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(88.871)	(5.185)	(6.323)	(7.461)	(8.599)
Efeito líquido estimado no resultado		(84.390)	(4.854)	(5.828)	(6.800)	(7.773)
						(8.745)

ii) Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha.

Com relação às contas a receber de clientes, os contratos negociados no ambiente de contratação regulado possuem garantias financeiras executáveis em caso de não pagamento por parte da contraparte.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

19.1 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros –Continuação

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras. Para a rubrica de empréstimo estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 11.

Posição em 31/12/2024	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Passivo com arrendamento	Total
até 3 meses	6.819	2.587	-	9.406
3 a seis meses	-	2.835	-	2.835
6 meses a 1 ano	-	5.708	160	5.868
1 a 3 anos	-	20.641	42	20.683
3 a 5 anos	-	19.731	50	19.781
mais 5 anos	-	96.839	2.265	99.104
Total	6.819	148.341	2.517	157.677

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

20. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão assim compostos:

Tipo	Vigência		
	Límite da indenização	Início	Fim
Risco operacional	200.000	20/12/2023	20/06/2025
Responsabilidade civil	20.000	20/12/2023	20/06/2025

Os seguros são compartilhados com outras empresas do Grupo Comerc.

Brígida 2 Solar SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

21. Divulgações adicionais das demonstrações de fluxo de caixa

21.1 Transações não caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamento arrendamento - não realizado	-	92
Compensação de impostos	-	48
Provisão seguro	-	296
Remensuração	(33)	-